

As três crises: o Euro, a União Europeia e a democracia na Europa

41

PHILIPPE C. SCHMITTER

Não há nada de novo sobre a crise no processo de integração europeu. Alguns poderiam até dizer que esta é parte integrante do processo, tendo, inclusive, apresentado efeitos positivos.

Há 41 anos, em um artigo que revisitava a abordagem neo-funcionalista, previ uma sucessão de quatro “boas” crises que a UE poderia enfrentar no futuro e que poderiam aprofundar o processo ainda mais (Schmitter, 1970). O que cada uma acabaria fazendo seria construir em cima das expectativas frustradas e dos desapontamentos dos Estados membros em sua busca por objetivos comuns. Isto compeliaria os atores a redefinirem as tarefas ou o nível de autoridade (ou ambos) das organizações regionais, alcançando um acordo coletivo que iria influenciar áreas com políticas até então insatisfatórias ou ignoradas. A quarta crise que relatei no artigo mencionado é virtualmente idêntica ao cenário atual do Euro. Em teoria, argumentei que esta levaria os atores dentro dos Estados membros a: (1) engajar em uma cooperação política que compreendesse outros setores e arenas políticas e, desta forma, institucionalizar em nível supranacional os mecanismos de harmonização política, orçamento e taxaço, característicos dos governos federais; e (2) livrarem-se das alianças predominantemente nacionais, formando outras com caráter mais supranacional, o que representaria as bases para o estabelecimento do mais importante elemento político ausente até então, um sistema de partidos europeus. Em resumo, esta deveria ser a crise que levaria a UE de um projeto econômico a uma integração política.

Infelizmente, na prática, os resultados, pelo menos até o momento, tem sido exatamente o oposto.

Será que a “boa” crise que imaginei há mais de quarenta anos se tornou realmente ruim? Não apenas a crise ganhou uma magnitude no nível supranacional maior que o esperado, mas também, esta parece ter penetrado muito a fundo e negativamente nas instituições políticas nacionais e na opinião pública. Inclusive, é plausível imaginar o surgimento de um círculo vicioso com três etapas: primeiro, o colapso do Euro; seguido do colapso da União Europeia e, finalmente, o colapso da democracia nos Estados membros.

Olhemos para estas três crises para avaliar o quão sérias são suas implicações e o quão próximas elas são umas das outras.

A CRISE DO EURO

A crise do Euro é mais profunda e precede a decisão de estabelecer uma moeda comum, sendo marcada por uma ruptura fundamental e irreversível do contrato social. O capitalismo financeiro globalizado tornou impossível para os Estados levantar receitas suficientes para cobrir todos os gastos deste contrato, assim estes se vêem obrigados a se endividarem cada vez mais para atingir as expectativas dos cidadãos. O nível dos impostos para as classes médias e baixas atingiu um ponto de saturação e tem sido impossível aumentar a taxa sobre os ricos, pois estes tem mecanismos para esconder sua renda ou transferi-la para outros países. Como se isso não fosse o suficiente, a implacável demografia de uma população envelhecida aumenta os custos da aposentaria e de sistemas públicos de saúde e, em um momento em que os jovens se abstêm mais e mais dos processos eleitorais, as parcelas idosas da população continuam votando. Em outras palavras, salvar o Euro pode ser fútil caso esta contradição mais profunda não seja resolvida.

A CRISE DA UNIÃO EUROPEIA

A ameaça mais séria à UE pode surgir justamente do sucesso obtido por seus membros nas operações de salvamento do Euro. A única forma de evitar o fim da moeda comum parece ser através da cessão de extraordinárias competências nacionais às instituições da UE, especialmente no que tange à Comissão e ao Banco Central Europeu.

Essas instituições não só aumentariam substancialmente o número de funcionários e especialistas, mas, a fim de se tornarem mais confiáveis, teriam

que ser financiadas por recursos próprios (autônomos), que não dependeriam da aprovação periódica dos membros, algo que, até o momento, tem sido negado. Esta massiva transferência de autoridade soberana e recursos financeiros certamente levantaria a eterna questão “Não à taxação sem representação¹” e demandaria a introdução de novos mecanismos de participação democrática e *accountability*, caso contrário, a legitimidade de toda esta operação seria constantemente contestada.

A CRISE DA DEMOCRACIA EUROPEIA

Há tempos a democracia na Europa tem sido um produto nacional ou sub-nacional e, portanto, o colapso da União Europeia não representaria uma ameaça a sua viabilidade.

No entanto, com ou sem a UE, as democracias nacionais do continente tem enfrentado problemas por décadas. O paradoxo atual é que, precisamente quando muitas “neo-democracias” aspirantes surgem na Europa Oriental, as “arqueio-democracias” da Europa Ocidental entram em crise. Seus cidadãos começam a questionar as mesmas normas, instituições e práticas que novos movimentos democráticos procuravam imitar, e tendem a apontar deficiências e considerá-las defeituosas. A lista de mórbidos sintomas é bem conhecida (se não bem compreendida): os cidadãos tem se tornado mais propensos a se absterem das votações; mais resistentes a se unir ou se identificar com partidos, sindicatos ou associações profissionais; menos confiantes nos oficiais eleitos ou políticos em geral; e muito menos satisfeitos com a forma pela qual tem sido governados e com os benefícios que tem recebido das agências públicas.

Nenhum destes sintomas deve ser atribuído diretamente à União Europeia, mas isso não significa que estes não podem piorar com o fim da UE. Novamente, grande parte do problema reside na forma pela qual a União seria desfeita e as consequências que este ato teria. Um pouso tranquilo que deixe intactas muitas das obrigações hoje vigentes nos tratados não ameaçaria a comunidade de segurança estabelecida e pouco impactaria na estrutura de comércio regional e nos investimentos. Contudo, este cenário parece pouco provável. Um pouso duro envolverá muitos contratos inacabados, múltiplas ações judiciais, uma considerável desarticulação dos fluxos de capital e comércio e, obviamente, muito ressentimento, não apenas entre os indivíduos e em-

1 N.T: Trata-se da tradução de um lema bastante conhecido em inglês: “*No taxation without representation*”

presas, mas também entre os Estados nacionais. E há grande chance de estes se polarizarem segundo linhas geográficas, culturais e políticas, dividindo-se entre abstêmios credores que trabalham duro do norte em oposição a preguiçosos e perdulários devedores do sul.

CONCLUSÃO

Por fim, a crise não está terminada e suas consequências serão sentidas ainda por algum tempo. Porém, há uma oportunidade de transformar o aparente cenário ruim em uma boa crise. Os instrumentos para tal já existem na forma de uma delegação sem precedentes (embora ainda não alcançada) de competências para a Comissão, o Banco Central Europeu e a Corte Europeia de Justiça. O que fará a diferença será a forma e os objetivos pelos quais estas instituições supranacionais exercerão seus poderes.

E se a União Europeia, ao invés de promover políticas neoliberais ortodoxas de equilíbrio fiscal, austeridade orçamentária, redução de ofertas de bens públicos e maior flexibilidade nos mercados de trabalho no nível nacional, mudasse de direção e, por meio do lançamento de títulos europeus (“Eurobonds”) garantidos por todos os Estados membros e da criação de um programa público em escala europeia nos setores de energia, transporte – até em pesquisa e desenvolvimento – financiado pelo Banco Europeu de Investimento, se tornasse um agente supranacional agressivo em prol do crescimento e da criação de empregos? Ainda não é possível saber se esta proposta é suficiente para convencer o governo alemão, a diretoria do Banco Central Europeu e, até mesmo, o Conselho Europeu a adotarem uma direção totalmente nova. Contudo, se for suficiente (e mais problemático ainda), se esta proposta for bem sucedida, então a União Europeia readquiriria e fortaleceria sua associação com a prosperidade econômica e a justiça social, o famoso Modelo Europeu de Sociedade que Jacques Delors tanto evocava. Vista desta perspectiva (admitidamente improvável), a crise corrente do Euro poderia ser simplesmente o detonador do Ciclo Transcendente que eu imaginei quarenta anos atrás.

Philippe Schmitter é Doutor pela Universidade de Berkeley. É professor emérito do Departamento de Ciências Políticas e Sociais do *European University Institute*.

REFERÊNCIAS

SCHMITTER, P. A Revised Theory of Regional Integration. *International Organization*, v.24, n.4, p.836-868, 1970.